



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

ANÁLISE GLOTOPOLÍTICA DAS POLÍTICAS PAN-HISPÂNICAS

Rômulo de Azevedo Fernandes

Rio de Janeiro
2022

RÔMULO DE AZEVEDO FERNANDES

UMA ANÁLISE GLOTOPOLÍTICA DAS POLÍTICAS PAN-HISPÂNICAS

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na habilitação
Português/Espanhol

RIO DE JANEIRO

2022

FOLHA DE AVALIAÇÃO

RÔMULO DE AZEVEDO FERNANDES

DRE: 116150539

ANÁLISE GLOTOPOLÍTICA DAS POLÍTICAS PAN-HISPÂNICAS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português/ Espanhol.

Data de avaliação: ____/ ____/ ____

Banca Examinadora:

Virginia Sita Farias – Presidente da Banca Examinadora
Prof. Dra., Universidade Federal do Rio de Janeiro

Deise Cristina de Lima Picanço
Prof. Dra., Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio de Janeiro

MÉDIA: _____

Assinaturas dos avaliadores: _____

CIP - Catalogação na Publicação

d278a de Azevedo Fernandes , Rômulo
Uma Análise Glotopolítica das Políticas
Panhispanicas / Rômulo de Azevedo Fernandes . -- Rio
de Janeiro, 2022.
32 f.

Orientadora: Virginia Sita Farias.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Espanhol, 2022.

1. Glotopolítica. 2. Hispanofonia. 3.
Pluricentrismo. 4. Panhispanismo. 5. Nueva Política
Lingüística Panhispanica. I. Sita Farias, Virginia ,
orient. II. Título.

Dedicado a Frederico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sempre a Deus. Aos meus pais, que me ensinaram as coisas que realmente importam para a vida. Aos meus melhores amigos Sarah e Wesley, que me apoiaram em todos os momentos difíceis dessa caminhada. A Gabriele Vianna, que me acompanhou em toda a minha trajetória na Faculdade de Letras, sem ela eu não chegaria até aqui. A Sarayane que me ensinou a ser uma pessoa melhor todos os dias. A minha orientadora, Virginia Farias, que me ajudou a construir esse trabalho. E por fim, a minha amiga Fabiana, que me incentivou a seguir o caminho das Letras.

“Os ventos do Norte não movem moinhos...”
(João Ricardo / Paulinho Mendonça)

RESUMO

FERNANDES, R. A. Uma Análise Glotopolítica das Políticas Panhispânicas. Monografia (Graduação em Letras - Português/Espanhol). Faculdade de Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho discute as políticas pan-hispânicas da Real Academia Española frente ao pluricentrismo do espanhol a partir de uma análise glotopolítica. Para isso, primeiramente, introduz alguns dos conceitos coserianos, bem como da linguística de variedades de tradição germânica que são importantes para a compreensão do conceito do pluricentrismo. Em sequência, se questiona a delimitação estritamente linguística da definição de línguas pluricêntricas, e se apresentam critérios complementares para ajudar na compreensão da ideia de pluricentrismo. Além disso, ressalta-se a importância dos estudos glotopolíticos na análise da hispanofonia e do pan-hispanismo a partir dos estudos de José Del Valle. Por fim, expõe-se como essas ações serviram como solução para a questão da perda de prestígio da Espanha e da manutenção das relações econômicas e políticas pós-coloniais que surgiram com o avanço da globalização.

Palavras chaves: Glotopolítica; Hispanofonia; Panhispanismo; Pluricentrismo; Nueva Política Lingüística Panhispánica

RESUMEN

Este trabajo discute las políticas panhispánicas de la Real Academia Española (RAE) frente al pluricentrismo del español desde el punto de vista glotopolítico. Para ello, primeramente, introduce algunos conceptos coserianos así como de la lingüística de variedades de tradición germánica que son importantes para la comprensión del concepto del pluricentrismo español. En secuencia cuestiona la delimitación estrictamente lingüística de la definición de lenguas pluricéntricas, y se presentan criterios complementarios para ayudar en la comprensión de la idea de pluricentrismo. Además, resalta la importancia de los estudios glotopolíticos en el análisis de la hispanofonía y del panhispanismo a partir de los estudios de José Del Valle. Por fin, expone como estas acciones sirvieron como solución para las cuestiones de la pérdida del prestigio de España y de la manutención de las relaciones económicas y políticas poscoloniales que surgieron con el desarrollo de la globalización.

Palabras Claves: Glotopolítica; Hispanofonía; Panhispanismo; Pluricentrismo; Nueva Política Lingüística Panhispánica

LISTA DE SIGLAS

ASALE - Asociación de las Academias de la lengua española

NPLP - Nuevas Políticas Lingüísticas Panhispánicas

RAE - Real Academia Española

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O percurso discursivo da RAE acerca do espanhol e sua perspectiva glotopolítica.....	12
1.2 Estrutura do trabalho.....	14
2 APRESENTAÇÃO E REFLEXÃO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA RAE	15
2.1 Os conceitos coserianos.....	15
2.1.1 Língua histórica e língua funcional.....	15
2.1.2 Dialeto/Língua.....	16
2.1.3 Sistema e Norma.....	17
2.1.4 Correção e exemplaridade.....	17
2.2 O pluricentrismo e a dificuldade de uma análise estritamente linguística.....	18
3 A RAE E OS DISCURSOS ACADÊMICOS	21
3.1. Breve revisão do percurso histórico da RAE - e de sua relação com as academias hispano-americanas.....	21
3.2 La Nueva Política Lingüística Panhispánica.....	21
3.3 A ideologia linguística hipanofônica.....	23
4 O PAN-HISPANISMO E O ESPANHOL GLOBAL	26
4.1 O pan-hispanismo como solução.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
Referências Bibliográficas	31

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais estranhamentos que me surgiu no início dos meus estudos de espanhol como língua estrangeira foi a relação dos países Latinoamericanos com o espanhol europeu. Eu, estudante brasileiro de espanhol, percebi que a relação da comunidade hispano-americana com a língua da antiga colônia era muito diferente da nossa relação com a variedade do português europeu. O vínculo linguístico que os países hispanoamericanos tinham com a Espanha era muito forte e, além disso, havia uma relação de conexão linguística e, de certa forma, cultural entre esses países. Essa relação é completamente distinta da presente na comunidade lusófona (principalmente entre Brasil e Portugal), porque não há mais uma relação direta entre os dois países.

Foi a partir dessas indagações despreziosas de um aluno iniciante de espanhol que surgiram as primeiras sementes desse trabalho. Durante as aulas de espanhol, tive meu primeiro contato com os autores José Del Valle e Xoán Lagares, e a partir dessas leituras, começaram a vir à tona alguns questionamentos internos. Mas o que de fato reacendeu um interesse por esse fato foi quando percebi que muitas ações linguísticas, que eram justificadas com fatores estritamente linguísticos, tinham também motivos políticos. Nesse momento despertaram em mim alguns questionamentos: Porque existe esse vínculo linguístico tão grande entre os países Latinoamericanos hispano-falantes e a Espanha? Como se construiu essa relação? Qual a finalidade por parte da Espanha de fomentar essa ligação? Quais os objetivos que estão “por detrás” do discurso linguístico?

1.1 O percurso discursivo da RAE acerca do espanhol e sua perspectiva glotopolítica

A publicação de *La gramática Castellana*, em 1492, por Elio Antonio Nebrija, deu início a um processo de planificação do Castelhana que perdurou por anos e, a partir da fundação da Real Academia Española (RAE), em 1713, passou a ser uma responsabilidade da instituição espanhola. Desde sua criação, a RAE recebeu a função de organizar um modelo de espanhol que servisse de base comum de correção para toda a comunidade hispano-falante. Essa organização pautou-se na variedade europeia e teve um caráter inevitavelmente monocêntrico (RIVAROLA, 2006). Durante muito anos, a RAE norteou suas ações no lema “limpiar, fijar y dar esplendor al Español”, e esse discurso só começou a perder força com a criação da Asociación de las Academias de la lengua española (ASALE), em 1960.

Atualmente, a RAE pauta suas ações em um discurso que aparenta ser um pouco diferente, exposto em seu lema contemporâneo “La unidad en la diversidad”. Mas essa

mudança de um pensamento monocêntrico europeu para um suposto pluricentrismo não ocorreu de uma só vez. Desde a criação da ASALE, a codificação do espanhol passou a não ser mais tarefa exclusiva da RAE. As academias dos respectivos países hispano-falantes começaram a ter um maior peso de participação na criação das normas linguísticas hispânicas. Mas foi só em 2004, com a criação de um documento intitulado *La Nueva política Lingüística panhispánica* (NPLP), que a ideia de uma “diversidade” ganhou forças no contexto hispânico. Surgiu nesse momento o discurso do pan-hispanismo, que pauta -até os dias atuais- as ações da RAE.

A ideia de pan-hispanismo pensa um modelo de língua que reúna as estruturas compartilhadas entre suas diversas variedades, criando assim um modelo único de espanhol que possa servir de base de correção para toda a comunidade hispânica. Uma “lengua de encuentro” que aproxima todos os países que falam espanhol e cria uma comunidade imaginada hispânica, uma “patria común”.

O surgimento dessa ideologia pan-hispânica, em um momento em que a globalização alterava a organização mundial e conseqüentemente a influência dos países pelo mundo, aparenta apresentar uma base apenas linguística, estruturada a partir de uma ideia de capacidade expansionista do espanhol, unida a um visão do espanhol como uma língua de encontro. Entretanto, é extremamente importante analisar os parâmetros extralinguísticos que fundamentam essas políticas linguísticas.

Em seu livro *Qual política linguística? Desafios Linguísticos contemporâneos*, o autor Xóan Lagares faz uma descrição dos caminhos que a relação dos estudos língua-política tomou ao longo do tempo. No capítulo intitulado “Glotopolítica: reflexão/ação”, o autor apresenta uma definição de glotopolítica como “toda ou qualquer ação sobre a linguagem” (LAGARES, 2011, p.32).

Tais ações, que a princípio parecem ter um caráter apenas linguístico, podem apresentar aspectos políticos, econômicos e sociais que aparentam estar escondidos, mas que na verdade estão apenas ocultos a um olhar comum. Del Valle (2014) defende que no âmbito do espanhol há um ocultamento da dimensão política por detrás do movimento de promoção e difusão da língua. Segundo o autor, é importante, portanto, dar visibilidade a estas dimensões por meio de estudos glotopolíticos (Del Valle, 2014). Por isso, farei, neste texto, uma análise glotopolítica do pan-hispanismo, buscando ressaltar o caráter político e econômico presente no discurso pan-hispânico da RAE.

1.2 Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo, farei uma revisão bibliográfica apresentando brevemente os conceitos coserianos de língua histórica e língua funcional, dialeto e língua, sistema e norma e correção e exemplaridade, ponto de partida da linguística de variedades de tradição germânica que serão utilizados ao longo das discussões. Em sequência, ainda nesse capítulo do texto, apresentarei o conceito de pluricentrismo partindo, primeiramente, de uma visão estritamente linguística. Logo após, discutirei a dificuldade de definir as línguas pluricêntricas a partir das discussões apresentadas por Greusslich (2015) e analisarei a realidade do espanhol frente às perspectivas política, linguística e simbólica.

No seguinte capítulo, traçarei um breve percurso histórico dos discursos da RAE a partir da análise de alguns estatutos acadêmicos. Em seguida, apresentarei a NPLP e a ideologia hispanofônica segundo a definição de Del Valle (2014). No último item deste capítulo, analisarei o pan-hispanismo a partir de uma perspectiva glotopolítica defendida em Del Valle (2007), que demonstra como as políticas pan-hispânicas foram utilizadas para lidar com a questão do pluricentrismo e como, ainda que pareçam baseadas em argumentos estritamente linguísticos, possuem um caráter político e econômico que busca ampliar a influência da Espanha e das empresas multinacionais espanholas em um novo momento da organização mundial.

2 APRESENTAÇÃO E REFLEXÃO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA RAE

2.1 Os conceitos coserianos

Antes de adentrar nas discussões pretendidas por esse trabalho, é imprescindível uma breve conceituação de alguns termos coserianos que serão mencionados e trabalhados ao longo dos próximos capítulos. Muito antes do aparecimento das definições de pluricentrismo que serão trabalhadas no item 2.2, Coseriu (1957) já havia esquematizado um modelo de situações pluricêntricas do ponto de vista estritamente linguístico. Havia uma crítica ao sincronismo ideal apresentado por Sausurre, porque as mudanças linguísticas já não eram vistas por Coseriu como um problema, mas sim como uma realidade intrínseca a uma língua. López Serena cita Coseriu para explicar que

[...] el planteamiento del problema del cambio lingüístico “en términos causales, el preguntarse por que cambian las lenguas (como se no debieran cambiar), parece [apuntar a] una estaticidad natural perturbada, y hasta negada, por el devenir, que sería contrario a la esencia misma de la lengua. (COSERIU [1957] 1988, p.11 *apud* LÓPEZ SERENA, 2013, p. 107)

e mais adiante, menciona novamente as palavras de Coseriu: “LO <<SINCRÓNICO>> o <<estado de lengua>> NO ES [...] LA REALIDAD histórica del estado de lengua, sino su proyección sobre la pantalla estática del investigador.” (COSERIU, [1957] 1988, p. 17 *apud* LÓPEZ SERENA, 2013, p.108).

A partir da importância dessas discussões realizadas por Coseriu e parcialmente reproduzidas em López Serena (2013), serão apresentados a seguir alguns conceitos explicitados por Coseriu que serão fundamentais na construção do texto. Tais conceitos são língua histórica e língua funcional, dialeto e língua, sistema e norma e, por fim, correção e exemplaridade.

2.1.1 Língua histórica e língua funcional

Segundo a teoria coseriana, uma língua histórica é um conjunto de diversos sistemas linguísticos realizáveis que se relacionam ou se relacionaram entre si historicamente. Nesse sentido, Coseriu (1981) defende que uma língua histórica não pode ser “falada” porque é uma abstração que abarca uma multiplicidade de sistemas dentro de um contínuo linguístico. Em geral, uma língua histórica é aquilo que se conhece como idioma e também é o conceito que

empregamos quando queremos nos referir às “línguas do mundo” (língua espanhola, língua portuguesa, língua inglesa...).

Em contraposição, a língua funcional é um sistema linguístico homogêneo nos níveis sintópico (referentes ao espaço geográfico), sinstrático (referente ao grupo social) e sinfásico (referente ao estilo). É, portanto, um “sistema autossuficiente mínimo” dentro de uma língua histórica (COSERIU, 1981, p.13). Cabe ainda ressaltar que a língua funcional apresenta uma homogeneidade ideal que permite que ela seja realizável dentro da comunidade linguística. Portanto, a língua funcional é aquela que é de fato realizável pelo falante em uma situação linguística e é sua homogeneidade ideal que permite que ela funcione de “manera inmediata en el hablar” (COSERIU, 1981, p.13).

2.1.2 Dialeto/Língua

O dialeto, em um sentido estritamente linguístico, é sinônimo de língua. Segundo Coseriu, um dialeto é um modo individual de falar, um “sistema de isoglossas” (COSERIU, 1981, p.5), que é a mesma definição aplicada ao conceito de língua. Nesse sentido, as diferenças entre os dois termos se baseiam em fatores extralinguísticos (históricos/políticos/sociais). O dialeto, em geral, recebe um status inferior ao de língua e é, portanto, retratado como subordinado a uma outra língua, que recebe um status superior. Nesse contexto, o dialeto é tido como uma “lengua menor distinguida dentro de (o incluída en) una lengua mayor que es, justamente, una lengua histórica” (COSERIU, 1981, p.6)

Por fim, é importante destacar que Coseriu divide os dialetos em três níveis: primários, secundários e terciários. Os dialetos primários são mais antigos que a língua comum; Os dialetos secundários são aqueles que surgem dentro de uma língua comum a partir da diversificação diatópica. E os dialetos terciários são aqueles que surgem a partir da diversificação e fragmentação da língua estandar. Tal diversificação, de acordo com a perspectiva coseriana, gera a necessidade de se eleger uma língua comum por cima da língua comum, denominada por Coseriu como Língua exemplar. Em suas palavras:

una segunda lengua común dentro (y por encima) de la lengua común, si no para todos los empleos de está, por lo menor para el ámbito de los aspectos generales de la vida pública y de las relativas finalidades comunicativas y expresivas de interés general para la comunidad.” (COSERIU, 1990, p.57)

Ao definir os dialetos terciários, Coseriu esquematiza as situações pluricêntricas. A língua exemplar cumpre, no seio da comunidade linguística, a mesma função que a língua comum cumpria frente aos dialetos primários.

Coseriu (1990) define a exemplaridade [*ejemplaridad*] como uma forma de entender o problema da unidade dentro das línguas. Nesse contexto, defende a ideia de uma “superexemplaridade” [*superejemplaridad*] que se estabeleceria “por en cima de las ejemplaridades nacionales” (COSERIU, 1990, p.58).

2.1.3 Sistema e Norma

Coseriu (1952) define um sistema como um conjunto que comporta todas as possibilidades de oposições funcionais de uma língua. Ou seja, o sistema abrange todas as possibilidades de realização. Em contraposição, o conceito de norma abrange não só as oposições funcionais como também as não-funcionais (que são neutralizadas no nível do sistema). A oposição entre a [ɔ] e a [o], por exemplo, em espanhol não representa uma oposição funcional. Em palavras como *rosa* [r̄o'.sa] e *llamó* [ʎa.mó'] há uma diferença na realização da vogal, mas essa realização, que é tradicional no nível de norma, é neutralizada no sistema. Ou seja, no nível do sistema não há uma oposição dos fonemas. Assim que no nível de sistema tem-se apenas o fonema /o/, e no nível da norma observamos as variantes [ɔ] e [o]. Nas palavras de Coseriu:

El sistema viene a ser lo que obtenemos una vez abstraído de la norma todo lo que no es indispensable para la comunicación. Es una serie de oposiciones funcionales. Es decir, todo aquello que se encuentra en la norma y no sea "una especie de acompañamiento siempre presente en el hablar, pero inesencial, por lo que atañe a las oposiciones significativas fundamentales que aseguran su funcionamiento como instrumento cognoscitivo y de comunicación. (COSERIU, 1952, p.444)

2.1.4 Correção e exemplaridade

O conceito coseriano de *correcto* abrange todas as estruturas que estão em conformidade com a norma em que são realizadas (COSERIU, 1990). Logo, todo modo de falar pode ou não estar correto, mas isso depende da sua conformidade com a norma em que está sendo realizado. O uso do *voseo* argentino não pode, por exemplo, ser estabelecido como incorreto em situações que utilizam as normas rioplatenses como critérios de correção.

Já o conceito de exemplaridade é definido como uma “técnica histórica de falar” (COSERIU, 1990, p.49). A língua exemplar -também chamada língua estândar- é, portanto, uma norma, ou língua funcional constituída dentro de uma língua histórica e utilizada como referência pela comunidade linguística. A língua exemplar pode ser utilizada como pauta de correção para determinadas realizações (porque essas realizações podem ou não estar em

conformidade com as suas tradições), mas não pode ser apresentada como único modo “correto” de falar.

2.2 O pluricentrismo e a dificuldade de uma análise estritamente linguística

É fundamental pensar no conceito de língua exemplar ou estandar para entender como o pluricentrismo se estrutura. Zimmerman (2008) define o processo de estandarização como “la selección o creación de una variedad lingüística en el marco de un sistema de variedades existentes y su declaración oficial como variedad suprema.” (ZIMMERMAN, 2008, p.199) Nesse sentido, ainda que o estandar seja apenas uma variedade (ou norma) dentro de um conjunto de variedades (ou normas) que constituem uma língua histórica, é comum que receba um status de referência dentro da comunidade linguística, tornando-se assim parâmetro de correção em diversos contextos sociais (assuntos oficiais, políticos, científicos etc.).

Embora o estandar seja referência dentro de uma comunidade, Coseriu reitera que devido à possibilidade da existência de dialetos terciários, não se pode perder de vista as possíveis variações dentro dessas comunidades. Nesse sentido, é possível que uma variedade regional venha a tornar-se um estandar. Nas palavras de Farias (2020):

En la estela de Coseriu, Oesterreicher (“Purizentrische”) postula que una variedad regional de la lengua ejemplar, en un principio, diatópicamente diferenciada en relación con esta, podría, eventualmente, convertirse ella misma en estándar, y así desencadenar una reordenación del espacio variacional de la lengua histórica (FARIAS, 2020, p.78)

Dentro desse contexto, a estandarização de uma variedade regional reorganiza o espaço variacional da língua histórica porque tal variedade perde o caráter de variedade diatópica e ganha status de estandar dentro daquela determinada comunidade (OESTERREICHER, 2002)

Uma definição objetiva e estritamente linguística de pluricentrismo defende que sua estrutura se fundamenta na coexistência de diversos estandares dentro de uma mesma língua histórica. Nesse sentido, além de se relacionar de forma muito contundente com o conceito de variação linguística, o pluricentrismo tem como condição primária a coexistência dos diversos estandares vigentes em uma língua, opondo-se assim ao monocentrismo¹.

¹ Dentro dessa ideia de oposição entre a norma e a variação, Greusslich(2015) afirma que “La única diferencia [entre el monocentrismo y el pluricentrismo] consiste en que el antagonismo de norma y variación se multiplica, admitiendo normas coexistentes.” (p.61)

Entretanto, ainda que essa definição objetiva do conceito de pluricentrismo seja pautada em um ponto de vista linguístico, a análise e definição de línguas pluricêntricas é muito difícil. Segundo Greusslich (2015), essa delimitação é complexa porque a análise do conceito de pluricentrismo necessita ser realizada a partir de três perspectivas: empírica, política e simbólica.

De uma perspectiva empírica, o pluricentrismo se estrutura a partir da possibilidade de identificação de todos os estândares. Rivarola (2006) defende que só há pluricentrismo em uma língua histórica quando todas as suas variedades exemplares estiverem descritas.

Pensando, portanto, na importância da descrição dos estândares de uma língua pluricêntrica, defendida por Rivarola (2006), é fundamental refletir como o espanhol se organiza no que se refere à sistematização dos seus diversos estândares. Também é necessário, dentro dessa discussão, questionar quantos estândares existem no espanhol. Oesterreicher (2002) defende que existem pelo menos três estândares na América (o mexicano, o andino e o rioplatense), mas Greusslich afirma que não é possível comprovar a existência dessas exemplaridades porque não há uma descrição suficiente para classificar essas variedades regionais americanas como estândares linguísticos.

Já no ponto de vista político, Zimmermann (2008) afirma que o processo de estandarização requer uma difusão de uma dada variedade entre os falantes, para que tal exemplaridade ganhe um caráter normatizador dentro daquele determinado grupo. Logo, para que haja um movimento real de difusão dessa variedade exemplar entre os falantes da comunidade, é necessário, na maior parte dos casos, um aparato administrativo/institucional. O autor expõe que

La estandarización incluye un proceso de codificación y difusión entre los hablantes concernidos. En este sentido se asemeja a normas legales. Para su aceptación y su difusión se requiere un aparato administrativo de intervención e incluso una legislación (ZIMMERMANN, 2008, p.202)

As academias, portanto, podem assumir um papel importante nesse processo porque são as responsáveis pela codificação linguística e, em muitos casos, pela propagação do estândar dentro do seu meio social. Essa planificação do status de uma língua é definido em Kabatek (2007) como um processo de normalização [*normalización*] (planificação linguística referente à extensão do uso de uma variedade a todos os níveis e tradições sociais) que se relaciona ao conceito de normatização [*normativización*] (codificação linguística referente à planificação do corpus de uma variedade). Por fim, Zimmerman defende que é até possível que haja uma adesão livre a alguns estândares, mas isso é pouco provável. Por isso, a ação institucional seria tão importante para a consolidação de uma exemplaridade.

No caso do espanhol, desde muito cedo a RAE foi a responsável pela codificação e difusão do espanhol, e pautou seu trabalho durante muito tempo na variedade europeia. Isso se deu, principalmente, porque a codificação institucionalizada da língua espanhola se iniciou com a criação da RAE, em 1713, e, segundo Rivarola (2006), teve um caráter inevitavelmente monocêntrico por que reconhecia um único centro como detentor da norma e tinha um caráter fiscalizador.

Por fim, a ideia de unidade do espanhol está estreitamente ligada a uma perspectiva simbólica no âmbito hispânico (FARIAS, 2020, p.79). A ideia atual de uma norma pan-hispânica se apoia justamente em um valor simbólico de união e proximidade das comunidades hispano-falantes (incluindo a América).

Dentro dessa perspectiva simbólica, também é relevante mencionar o surgimento de projetos de codificação do espanhol em alguns países da América Latina. Nesse sentido, é importante pensar em como a codificação e estandarização de uma variedade regional possui um valor representativo/simbólico para essas comunidades, a partir de um movimento de auto-afirmação linguística. Na Argentina e no México, por exemplo, há um maior nível de codificação linguística com a presença de dicionários próprios que, embora tenham um valor simbólico importante para suas respectivas comunidades linguísticas, ainda não são usados como referência normativa dentro dessas comunidades. Segundo o Zimmerman (2008, p. 201), essas variedades possuem status de “estândar não codificado” ou em vias de codificação. Possuem, portanto, uma certa codificação, mas esse movimento ainda não é suficiente para dar-lhes o status de estândar.

3 A RAE E OS DISCURSOS ACADÊMICOS

3.1. Breve revisão do percurso histórico da RAE - e de sua relação com as academias hispano-americanas

No ano de 1870, a RAE aprovou o primeiro texto base que regulamentou a fundação das Academias correspondentes. Esse texto exaltava a grande autoridade que a RAE tinha em relação às outras academias. Os estatutos das academias, por exemplo, precisavam se parecer com o da RAE sob pena de desassociação. Foi só em 1950, no Primeiro Congresso de academias, organizado pelo escritor Martín Luiz Guzmán, que começou um movimento -ainda muito sutil- de questionamento dessa relação. Foi também nesse congresso que se aprovou, ainda que de forma não majoritária, uma nova resolução que revisava o estatuto vigente, suavizando alguns pontos de domínio da RAE.

No terceiro Congresso de academias, em 1960, em Bogotá, foi discutido e aprovado um novo texto que deu origem à Asociación de las Academias de la Lengua Española (ASALE), já com uma série de mudanças que diminuíram o poder da RAE, como por exemplo a não necessidade de informar à Academia madrilenha sobre mudanças nos estatutos das academias ou a abolição do direito da RAE de inspecioná-las. Mas foi só em 2007, quando se aprova uma nova versão do estatuto, que se eliminaram a maior parte dos pontos que favoreciam a RAE. Nesse texto, fica acordado que as academias deveriam trabalhar de forma colaborativa (SÜSELBECK, 2012).

Três anos antes, em 2004, as academias, junto com a RAE, redigem a *Nueva Política Lingüística Panhispánica* (NPLP) com o objetivo de adequar-se a um novo momento/contexto linguístico hispânico.

3.2 La Nueva Política Lingüística Panhispánica

Como já mencionado, a codificação institucionalizada do espanhol iniciou-se, muito cedo, em 1713, com a criação da RAE e se estruturou tendo a variedade europeia² como centro de referência. Moreno Fernández (2006) defende que esse modelo tradicional sofre um abalo a partir da segunda metade do século XX. O autor explica que essa ruptura

² Moreno Fernandes(2006) explica que esse espanhol estandar é na verdade a variedade castelhana do espanhol que, historicamente, ganhou esse estatus entre a comunidade hispânica (cf.Fernandes, 2006, p. 79-82).

provavelmente se deve a mudanças que aconteceram no mundo naquele momento. Em suas palavras: “Se trata de la tendencia a la «globalización», por un lado, y de la tendencia al proceso contrario o complementario de esta, que se ha dado en llamar «localización». Lo global frente a lo local.” (MORENO FERNÁNDEZ, 2006, p.83).

Esse embate entre o *local* e o *global* era fruto de uma vontade de preservar as identidades nacionais frente a uma ideia de neutralidade gerada pela globalização, “[...] consecuencia de una internacionalización de la economía, de una intensificación de los movimientos demográficos y de una universalización de los medios de comunicación social” (MORENO FERNÁNDEZ, 2006, p.83). No âmbito da normatização linguística, segundo o autor, isso se reflete na discrepância entre um modelo único de referência castelhano e as variedades do espanhol utilizadas nas outras diversas regiões.

Como respostas a esses embates e aos questionamentos acerca do modelo castelhano, surgiu uma nova “percepción globalizada de la lengua” (MORENO FERNÁNDEZ, 2006). Esse novo processo buscava criar uma unidade do espanhol que teria um caráter geral e seria um modelo de Espanhol estándar que utilizaria como base os elementos linguísticos compartilhados entre suas diversas variedades.

A criação da ASALE, em 1960, permitiu que as academias começassem a participar do processo de estandarização do espanhol, tirando portanto a exclusividade da RAE nesse processo. Mas foi com a publicação da NPLP, em 2004, que o conceito de panhispanismo ganhou forças dentro do contexto hispânico. De acordo com seu próprio texto, a NPLP tinha como objetivo reforçar que

En nuestros días, las Academias, en una orientación más adecuada y también más realista, se han fijado como tarea común la de garantizar el mantenimiento de la unidad básica del idioma, que es, en definitiva, lo que permite hablar de la comunidad hispanohablante, haciendo compatible la unidad del idioma con el reconocimiento de sus variedades internas y de su evolución. (NPLP, 2004, p.3)

Entretanto, ainda que o texto apresente um suposto “novo modelo” que buscava lidar de uma melhor forma com o “problema” gerado por esse embate, é possível, a partir do trecho transcrito, formular dois questionamentos importantes acerca desse discurso construído pela RAE e pela ASALE:

1) a ideia de “*unidad básica del idioma*” fundamenta os princípios básicos do documento. Essa ideia de unidade se estrutura, em grande medida, no ideal pan-hispânico também apresentado na NPLP. Há a defesa de uma superexemplaridade hispânica formada a partir de traços comuns entre as variedades do espanhol. Mas cabe questionar o peso que cada variedade adquire dentro dessa estrutura. Há, evidentemente, uma diferença de alcance entre as variedades americanas e a variedade europeia, que pode ser observada, por exemplo, nos níveis de codificação/descrição dessas variedades. As variedades estándares americanas não

possuem uma descrição sistemática (GREUSSLICH, 2015). Logo, segundo Pöll (2012), no âmbito hispano, há um pluricentrismo assimétrico, que coloca a variedade peninsular no topo de uma hierarquia dentro do pluricentrismo.

2) em relação à ideia de *comunidad hispanohablante*, é importante questionar se é possível retratar a comunidade hispano-falante como uma comunidade singular. A conexão existente pelo compartilhamento de uma mesma língua histórica não parece ser suficiente para estruturar a defesa dessa comunidade linguística (e cultural) única. Nesse sentido, a defesa de uma *comunidad hispanohablante* ignora/ofusca a existência dessas diferentes comunidades que embora compartilhem uma mesma língua histórica, apresentam uma certa vontade política de um estandar comum (como nos casos do México e Argentina)

Além disso, cabe ressaltar, que há uma questão simbólica por trás desse ideal de comunidade. Del Valle (2014) define esse ideal que permeia o conceito de *comunidad hispanohablante* como uma “ideologia linguística hispanofônica” que tem como objetivo promover uma “consciência compartilhada” a partir de certas políticas linguísticas. Logo, visto que essa definição de “comunidad hispanohablante” está apoiada em fatores extralinguísticos, parece-me importante levantar algumas perguntas: Qual o interesse da Espanha em valorizar e construir uma ideia de comunidade hispanofona? Qual a relação desse movimento com a ampliação e valorização do Espanhol frente às outras línguas históricas? Por que o pan-hispanismo foi utilizado pela RAE como uma forma de “solucionar” a questão do pluricentrismo?

3.3 A ideologia linguística hispanofônica

É certo que há uma dificuldade de conceituação do termo *ideologia*. Ao longo do tempo, tal conceito passou por diversas modificações. Houve, por exemplo, uma tendência em defini-lo como um sistema de ideias que rege uma certa organização social e se opõe a outras ideologias. Em outro momento, a tendência marxista define *ideologia* como “‘uma falsa consciência’, como distorção, ilusão, um tipo de mistificação que (...) produzira uma imagem invertida do mundo” (LAGARES, 2018, p. 213).

No que diz respeito à definição de José Del Valle, uma *ideologia linguística* se caracteriza por um

sistemas de ideas que articulan nociones del lenguaje, las lenguas, el habla y/o la comunicación con formaciones culturales, políticas y/o sociales específicas. Aunque pertenecen al ámbito de las ideas y se pueden concebir como marcos cognitivos que ligan coherentemente el lenguaje con un orden extralingüístico, naturalizándolo y normalizándolo, también hay que señalar que se producen y reproducen en el ámbito material de las prácticas lingüísticas y metalingüísticas (DEL VALLE, 2007, p.20).

Para que um sistema de ideias sobre a linguagem seja definido com uma ideologia linguística, Del Valle propôs três condições básicas: Contextualidade [*contextualidad*] -vínculo cultural, político e social a determinado grupo-, naturalidade [*naturalidad*] -ligado a sua função de tornar natural determinada ordem social, ou seja, de dar-lhe uma certa inevitabilidade- e institucionalidade [*institucionalidad*] -produção de certas práticas institucionais com o intuito de beneficiar tal ordem.

A partir dessa conceituação, Del Valle apresenta e analisa o conceito de *hispanofonía* como uma ideologia linguística que se estrutura a partir da ideia de que há uma certa “consciencia comunitaria compartida” entre a Espanha e os países hispanoamericanos. O conceito de *Hispanofonía* fundamenta o atual lema da RAE “la unidad en la diversidad” porque diz que existem certas estruturas linguísticas que são comuns/compartilhadas entre as variedades do espanhol. Logo, é possível pensar em uma exemplaridade que organizasse tais estruturas em uma “lengua de encuentro” que seria comum a toda a comunidade hispânica.

A ideologia política hispanofônica surgiu como uma resposta da Espanha e da RAE a três principais fatores: o avanço do nacionalismo das comunidades autônomas no Estado espanhol (e todo o movimento simbólico de reafirmação de seus estândares), a perda de prestígio que a Espanha sofreu na pós-independência e, por fim, o imperialismo estadunidense que expandia não só a língua inglesa, mas também todo um modelo cultural pelo mundo. Logo, é possível vincular a hispanofonia a um ideal pós colonialista espanhol que permeou as ações da RAE em relação ao espanhol (DEL VALLE, 2014).

Essas ações muitas vezes ocorrem de forma quase invisível. Isso porque há um ocultamento dos fatores políticos que as fundamentam. Esse ocultamento contribui para uma falta de questionamento do caráter político dessas instituições. Del Valle (2014) afirma que

Es el fundamento ideológico más profundo de la política lingüística panhispánica: su efecto paradójicamente antipolítico, su impronta erradicadora de la tensión constitutiva de la norma lingüística y de la comunidad que en ella se pretende anclar (DEL VALLE, 2014, p.103)

Logo, o autor defende a necessidade de dar visibilidade a essa dimensão política do panhispanismo. É necessário uma área de estudos que tenha como objetivo focar em como certas ações e discursos linguísticos podem afetar a organização social, política e cultural de certos lugares. A essa área de investigação dá-se o nome de estudos glotopolíticos.

Xoán Lagares (2018), a partir de uma análise de Guespin e Marcellesi (1986), apresenta uma definição de *Gltopolítica* como “Toda e qualquer ação sobre a linguagem,

nos mais diversos âmbitos e níveis” (LAGARES, 2018, p.32) e, citando os autores, explica que

O conceito de glotopolítica dá conta de um eixo vertical, ligando o fato normativo ou antinormativo aparentemente mais insignificante aos fatos mais salientes da política linguística. Cobre também um terreno horizontal muito mais vasto do que aquele coberto pela noção de política linguística, pois a inovação glotopolítica nem sempre é percebida como tal: toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão glotopolítica. (GUESPIN e MARCELESSI, 1986, p.15 *apud* LAGARES, 2018, p.35)

Em convergência com a conceituação de Guespin e Marcelessi, Del Valle (2007) define que um dos principais objetivos dos estudos glotopolíticos é “La visibilización de esta dimensión [política]” (DE VALLE, 2007, p.35). Para o autor, o trabalho político é fundamental porque evidencia e expõe os reais objetivos das ações linguísticas.

Trazendo para o contexto hispânico, a glotopolítica ajuda a entender as motivações discursivas que criam as ações reais propostas pela RAE e pela ASALE. Portanto, no próximo tópico buscarei evidenciar, a partir de uma análise de Del Valle, os possíveis objetivos naturalizados e, portanto, não visíveis na nova visão pan-hispânica da RAE.

4 O PAN-HISPANISMO E O ESPANHOL GLOBAL

O contexto político, social e cultural que surgiu no mundo durante a segunda metade do Séc. XX fez com que surgisse uma nova percepção globalizada do mundo. Iniciou-se nesse período uma certa disputa por espaços culturais pelo mundo, em que países pretendiam ampliar seu campo de influência cultural e com isso atingir mais comunidades ao redor do globo. Dada essas condições, a ideia de neutralidade ganhou forças e refletiu-se nos pensamentos linguísticos. Nesse momento, há uma ascensão do modelo pan-hispânico dentro da comunidade hispano-falante. Moreno Fernández (2006) define o pan-hispanismo como “una línea de acción de la política lingüística que consiste en consensuar las normas de corrección de la lengua, favoreciendo lo común o sacrificando lo más particular.” (p.88).

O pan-hispanismo, portanto, seria uma nova imagem do espanhol, baseada na ideologia hispanofônica, com a ideia de consenso e unidade. Segundo Del Valle (2007), essa imagem pan-hispânica se baseia em três supostas virtudes do espanhol: concordia [*concordia*], universalidade [*universalidad*] e rentabilidade [*rentabilidad*].

Há a criação de uma imagem do espanhol como uma língua global, capaz de estar presente não só entre a comunidade hispânica, mas também em outros países pelo mundo. Essa imagem tenta se basear em uma suposta capacidade de expansão, que seria demonstrada, por exemplo, pelo movimento de crescimento do espanhol no Brasil e nos EUA. Essa virtude, que Del Valle (2007) denomina como *universalidad*, é promovida pela RAE, pelo Instituto Cervantes e também pelos meios de comunicação espanhóis.

A RAE e o Instituto Cervantes assumem, nesse contexto, o papel de desenvolver e aplicar ações que contribuam para o desenvolvimento e manutenção do ideal pan-hispânico, tendo como objetivos declarados “La preservación de la unidad del idioma, (...) la garantía de la lealtad de los hispanohablantes a la norma culta (...) y la explotación de un interés por la lengua española por el mundo.” (DEL VALLE, 2007, p. 41), ou seja, construir a ideia do espanhol como uma “lengua de encuentro” para assim valorizá-lo frente às outras línguas do mundo. Del Valle expõe que essa característica “unificadora” é tida como uma virtude do espanhol denominada *concordia*.

Essa norma pan-hispânica passa a funcionar como um ponto de confluência entre a Espanha e os países da América Latina, em um movimento que vai além de apenas uma aproximação linguística, mas que desenvolve uma nova relação de influência que remete a uma interferência (pós)-colonialista. O ideal de *concordia*, portanto, estrutura um novo movimento político que busca “un campo (...) cultural unificado que posibilitaría la

preservación poscolonial de al menos algunos de los privilegios coloniales.” (DEL VALLE, 2007, p.39).

Além disso, essa superejemplaridad extrapola o campo linguístico e justifica uma certa unidade entre a comunidade hispano-falante possibilitando, portanto, o surgimento de uma ideia de *pátria comun*. Nas palavras de Del Valle:

El código, el instrumento de comunicación, se desdobra convirtiéndose en lugar de armonioso encuentro. (...) El propio español sustituye al territorio (...) y a la cultura nacional (...) convirtiéndose en la “patria comun”, en la imaginada comunidad panhispánica posnacional (...). (DEL VALLE, 2007, p.52)

Essa *pátria comun* amplia não só a influência cultural e política espanhola, mas também expande o mercado espanhol para a América, atraindo grandes empresas e bancos, e tornando assim a comunidade hispânica um grande campo econômico e atrativo para essas empresas. Cria-se, portanto, uma visão do espanhol como um recurso econômico. Del Valle intitula essa virtude hispânica de *rentabilidad*.

As três virtudes do espanhol podem ser utilizadas para analisar como o caráter pan-hispânico beneficia politicamente e economicamente a Espanha, amplificando a força política do país no mundo globalizado e construindo um maior valor econômico para o espanhol.

Lagares (2018) explica que as *políticas de expansão* de uma língua se centram em quatro principais aspectos: 1) sua hegemonia dentro de seu território e sua capacidade de influenciar outros espaços; 2) a amplificação de seu ensino como língua estrangeira/segunda língua; 3) sua presença em instituições supranacionais/internacionais e 4) seu uso em situações acadêmicas.

As três virtudes do espanhol estão completamente conectadas ao movimento de influência e expansão do espanhol para a América latina. A criação de uma norma pan-hispânica, baseada na ideia de *universalidad*, permite que a Espanha conquiste uma hegemonia em todo o território hispano-falante, além de estruturar um ideal expansionista que justifique a fomentação do ensino da língua em outros países. Como consequência, o espanhol se fortalece na comunidade internacional e passa a fazer parte dos ambientes institucionais e acadêmicos internacionais.

Essa expansão é defendida e fomentada pela RAE e, principalmente, pelo Instituto Cervantes, que é “ la agencia que ha liderado los esfuerzos por definirla [la lengua española] como global, o al menos como valioso producto en los mercados lingüísticos internacionales.” (Del Valle, 2011, p.566). Logo, junto com o governo da Espanha e empresas multinacionais de capital espanhol, a Espanha constrói uma “política de legitimação da sua

projeção política, econômica e empresarial sobre as nações americanas.” (LAGARES, 2011, p.108).

Pensando especificamente no campo econômico, Del Valle defende que a ideia de *pátria comum* auxilia na aceleração de um crescimento de mercado para as empresas espanholas, porque a identificação linguística e cultural abre portas, não só para o mercado espanhol, mas para todo o mundo. Isso porque daria visibilidade à comunidade hispano-falante, fortalecendo-a.

A língua, portanto, se torna um ativo econômico e passa a ser uma peça importante na política interna e externa espanhola. Quanto mais consolidada e unida for a comunidade hispanofônica, mais força o espanhol terá no mundo globalizado e, como consequência, mais força a Espanha e as empresas multinacionais terão. Del Valle defende que

La hispanofonía (...) emerge de instituciones (...) cuya actividad se coordina con proyectos de orden económico (la obtención de un estatus privilegiado en el mercado panhispánico) y político (la integración de los países hispanohablantes como entidad con peso político internacional) (DEL VALLE, 2011, p 568)

Em suma, a partir da apresentação e elaboração das três virtudes, é possível pensar que as políticas linguísticas pan-hispânicas extrapolam o ambiente linguístico e são usadas como um ativo dentro das políticas internacionais da Espanha.

4.1 O panhispanismo como solução

Pensando em tudo o que foi discutido sobre a relação do ideal pan-hispânico e a política espanhola, é possível entender que o discurso que se reafirma no documento da NPLP, busca dar resposta a dois dos "problemas" que a antiga metrópole vem enfrentando, sobretudo nas últimas décadas: o fortalecimento da ideia de pluricentrismo do espanhol e, paralelamente, a progressiva perda de prestígio da Espanha no contexto de um mundo globalizado. Mas além de lidar com esses dois problemas, as ações políticas pan-hispânicas trazem benefícios econômicos, políticos e sociais.

A criação de uma superexemplaridade que englobasse os países Latinoamericanos poderia expandir o campo de influência linguística e cultural da Espanha e permitiria a ampliação da atuação de empresas multinacionais espanholas para esses países. Além disso, valoriza o Espanhol frente às outras línguas do mundo permitindo seu uso em situações institucionais de nível global, o que dá maior visibilidade à língua e, conseqüentemente, à Espanha.

Em termos políticos e sociais, o pan-hispanismo cria a ideia de uma comunidade comum entre todos os países hispanófonos, que permite a manutenção de uma relação

pós-colonial, mantendo a Espanha em uma posição hierarquicamente superior aos demais países.

Por fim, parece-me essencial ressaltar que a escolha da implementação do ideal pan-hispânico não tem apenas as justificativas linguísticas apresentadas pela RAE, porque também abarca objetivos, preocupações e perspectivas espanholas no contexto político e econômico global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos glotopolíticos vem ganhando força no mundo atual. Torna-se, cada dia mais, imprescindível pensar a língua não só como um modelo sincrônico ideal, como na linguística Saussuriana, mas pensá-la a partir de sua relação com os falantes, das relações de poder entre os seus falantes e de toda sua complexidade variacional. Nesse sentido, surgem diversos novos modelos de análise linguística. Neste trabalho, buscou apresentar-se uma discussão dentro de um contexto glotopolítico, procurando perceber toda a base política e econômica que sustenta o ideal pan-hispânico.

O pan-hispanismo surgiu como solução para dois dos principais percalços que a Espanha precisava lidar: a nova organização mundial que surgia junto com a globalização e o caráter pluricêntrico do espanhol. Nesse contexto, pensar uma língua comum entre Espanha e os países hispano-falantes, criava um campo de possibilidades para a manutenção de uma relação colonial por parte da Espanha. A língua, portanto, assume um papel importante na política externa da Espanha.

Por isso, foram definidos alguns conceitos coserianos em um primeiro momento. Em seguida apresentado o conceito de pluricentrismo de uma perspectiva estritamente linguística. Em sequência, mostrado com base em Greusslich, como essa definição linguística não é suficiente para avaliar o pluricentrismo dentro de uma língua.

Nos itens seguintes, foi construído brevemente um percurso histórico para chegar na discussão acerca do documento da NPLP. Por fim, realizadas as discussões em torno das reflexões de Del Valle sobre a hispanofonia e os estudos glotopolíticos para apresentar, em um último tópico, a visão do pan-hispanismo como uma solução para as questões do pluricentrismo e das mudanças globais pós-coloniais.

Referências Bibliográficas

COSERIU, E. El español de América y la unidad del idioma. In: **Simposio de Filología Iberoamericana**, 1. Zaragoza 1990, p. 43-75,

_____. Los conceptos de “dialecto”, “nivel” y “estilo de lengua” y el sentido propio de la dialectología. In: **LEA**, v. 3, n. 1., p. 1-32 , 1981.

_____. Sistema, norma y habla. In: _____. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, p. 11-113, 1952.

DEL VALLE, J. La RAE y el español total ¿esfera pública o comunidad discursiva? In: _____. (coord.) **La lengua, ¿patria común?: Ideas e ideologías del español**, , p. 81-96, 2007.

_____. La lengua, patria común: La hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In: _____. (coord.) **La lengua, ¿patria común?: Ideas e ideologías del español**, p. 31-56, 2007.

_____. Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica. **Boletín de Filología**, v. 49, n. 2, p. 94 –112, 2014.

_____. Política del lenguaje y geopolítica: España, la RAE y la población latina de Estados Unidos, In: SENZ, S. ALBERTE, M.(eds). **El dardo en la Academia**. Barcelona: Melusina, p. 551-590, 2011.

FARIAS, V. S. Pluricentrismo versus panhispanismo en la cultura lingüística hispánica. **Tinkuy. Boletín de Investigación y Debate**, v. 25, p.75-94, 2020.

GREUBLICH, S. El pluricentrismo de la cultura lingüística panhispánica: política lingüística, los estándares regionales y la cuestión de su codificación. **Lexis: Revista de lingüística y literatura**, v. 31, n. 1, , p.57-99, 2015

KABATEK, J. Dos Españas, dos normalidades: visiones bipolares sobre la situación lingüística en la España actual. In: Arnscheidt, G. Joan i Tous, P. **“Una de las dos Españas...” Representaciones de un conflicto identitario en la historia y en las literaturas hispánicas - Estudios reunidos en homenaje a Manfred Tietz**. Frankfurt a.M./Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p.803-816, 2007.

LAGARES, X. **Qual Política Linguística? Desafios Linguísticos Contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LÓPEZ SERENA, A. La heterogeneidad interna del español meridional o atlántico: variación diasistemática vs. pluricentrismo. **Lexis: Revista de lingüística y literatura**, v. 37, n. 1, p.95-161, 2013.

MORENO FERNANDEZ, F. Los modelos de lengua. Del castellano al panhispanismo. In: Cestero, A. M. (ed.), **Lingüística aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera: desarrollos recientes**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, p. 75-94, 2006.

OESTERREICHER, W. El español, lengua pluricéntrica: perspectivas y límites de una autoafirmación lingüística nacional en Hispanoamérica. El caso mexicano. **Lexis: Revista de lingüística y literatura**, v. 26, n. 2, Lexis,p.275- 304, 2002.

PÖLL, B. Situaciones pluricéntricas en comparación: el español frente a otras lenguas pluricéntricas. In: LEBSANFT, F.; MIHATSCH, W.; POLZIN-HAUMANN, C. (Eds.). **El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?** Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert, p. 29-46, 2012.

RIVAROLA, J.L. **El español en el siglo XXI: los desafíos del pluricentrismo**. **Boletín Hispánico Helvético**, v. 8, p. 97-109, 2006.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, ASOCIACIÓN DE LAS ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **La nueva política lingüística panhispánica**. Madrid, 2004.

SÜSELBECK, K. Las relaciones institucionales entre las Academias de la Lengua Española y su colaboración en la elaboración de la norma lingüística de 1950 hasta hoy. In: Lebsanft, F. Mihatsch, W. Polzin-Haumann, C. (eds). **El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?** . Madrid: Vervuert, Iberoamericana, p. 257-280, 2012.

ZIMMERMANN, K. La invención de la norma y del estándar para limitar la variación lingüística y su cuestionamiento actual en términos de pluricentrismo (Mundo Hispánico), In: Erfurt, J. Budach, G (eds.), **Standardisation et déstandardisation. Estandarización y desestandarización. Le français et l'espagnol au XXe siècle. El francés y el español en el siglo XX**. Frankfurt am Main: Lang, p. 187-207, 2008.